

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.325.542 - SP (2018/0172593-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO : FÁBIO IZIQUE CHEBABI E OUTRO(S) - SP184668
AGRAVADO : CENTRO AUTOMOTIVO ARARAS LTDA
AGRAVADO : ROBERTO JOSE SPINA
AGRAVADO : IRMA APARECIDA SPINA
ADVOGADO : FERNANDO EDUARDO BUENO - SP125675

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO RELEVANTE AO JULGAMENTO DO FEITO. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE ENTRE A TESE RECURSAL E A TESE APRESENTADA NA PETIÇÃO INICIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NA PARTE CONHECIDA.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, a recorrente alega violação dos artigos 6º, 7º, 489, 507 e 1.022 do Código de Processo Civil e dos artigos 421 e 422 do Código Civil. Assevera que, apesar da oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem teria deixado de "*examinar as razões aduzidas a respeito do cerceamento - limitou-se a aduzir que não se teria especificado provas, mas silenciou [...] a respeito dos documentos produzidos, como se eles não existissem*". Argumenta que se "*o juízo não apontou no sentido de que não iria*

analisar os documentos juntados, surpreendeu a parte com julgamento no estado, sem valorar os documentos juntados - ou deveria ter ultrapassado o teor dos documentos aduzindo que os mesmos nada provariam, indicando porque nada provariam, ou deveria ter permitido a produção de outras provas - jamais poderia julgar no estado aduzindo que a prova de tal ou qual fato não foi produzida - isso é cerceamento rasteiro, ratificado de modo acrítico pelo v. acórdão".

Sustenta que "apresentou toda a documentação apta à comprovação das condições necessárias para a incidência da multa prevista em contrato, o que não foi analisado pelos Ilustres Desembargadores - houve supressão de provas e violação ao dever de valoração de provas admitidas".

Entende que "não se poderia deixar de consignar no sentido de que tanto a ausência de aquisição das quantidades mínimas, como a ausência de denúncia contratual ocorreu, que se teve que o contrato acabou por se prorrogar automaticamente, motivando a manutenção da fiança prestada e a obrigatoriedade da exclusividade, comprovadamente quebrada pelo fato da pessoa jurídica recorrida deixar de adquirir produtos da ora recorrente e ao ser autuada pela ANP em razão da venda de produtos adulterados - tudo isso está nos autos, mas não houve apreciação - supressão de valoração de provas incompatível, aliás, com o princípio da colaboração processual (artigo 6º CPC)".

Enfatiza que "restou demonstrado a fls. 46/66 em ação proposta pelo recorrido em face da ora recorrente, que este E. Tribunal afastou a nulidade da cláusula de aquisição mínima, reconhecendo a prorrogação contratual. Nesse sentido, a notificação de fls. 69/71 é clara ao apontar a defasagem em relação ao total do contrato pactuado em torno de 40% nos combustíveis e de 80% nos lubrificantes".

Afirma que o acórdão recorrido "sacramenta a violação do princípio da boa-fé objetiva (artigo 422 CC) e da função social dos contratos (artigo 421 CC). Há expressa violação do pacta sunt servanda, pois não houve denúncia

contratual, continuando a ser cumprido pelas partes, ou seja, houve prolongamento tácito". Aponta que "houve prolongamento do lapso de duração do contrato por surrectio e supressio - práticas reiteradas que geram expectativas - negar isso seria prestigiar a má-fé e permitir que partes possam a atuar com abuso de direito (atos ilícitos nos termos do artigo 187 CC, o que, como sabido, gera responsabilidade civil objetiva - Enunciado no 37 das Jornadas de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal)".

Este recurso, todavia, não comporta provimento na parte em que pode ser conhecido

No que tange à alegada violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes. Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo “*da mihi factum dabo tibi ius*”.

Destarte, a violação destes artigos do Código de Processo Civil não se caracteriza com o fato do Tribunal não ter se manifestado sobre este ou aquele ponto, não tenha indicado expressamente o dispositivo legal em que esteja fundamentado (importante lembrar que não se exige o prequestionamento exposto da matéria recursal para a admissão do recurso especial, sendo imprescindível apenas que os temas pertinentes aos artigos legais tenham sido apreciados, o chamado prequestionamento implícito), mas sim quando demonstrada a existência de omissão relevante à solução do caso.

Ma espécie, em síntese, a recorrente defende que o Tribunal de origem teria sido omissor quanto à documentação apresentada e ao cerceamento de seu direito de defesa.

Sem razão contudo.

Ao apreciar o caso, o Tribunal de origem ponderou que:

"Não há interesse para o pedido de rescisão do contrato e para o pedido de obrigação de não fazer, posto que a apelante PETROBRAS afirma como causa de pedir o descumprimento a partir de setembro de 2003 (fls. 6), quando não mais vigia o pacto mantido entre as partes.

O instrumento aponta como prazo de vigência aquele compreendido entre 4.12.1990 e 3.12.2000 (fls. 35), sendo certo que era possível a prorrogação 'pelo tempo necessário à efetivação da aquisição total (soma) dos produtos mencionados naquele mesmo item, por parte da PROMISSIONÁRIA-COMPRADORA, caso a mesma por qualquer motivo, não consiga no prazo previsto, satisfazer a referida obrigação' (fls. 36).

Todavia, a apelante PETROBRAS não demonstrou a prorrogação do contrato por falta de compra de quantias mínimas durante o período de vigência do contrato (4.12.1990 e 3.12.2000). A própria petição inicial, menciona a falta de compra a partir de setembro de 2003.

Por decorrência lógica da falta de prova da prorrogação do contrato e a ausência de compra das quantias mínimas, diante do limite da demanda, não há que se falar fundamento para a exigibilidade da multa contratual." (e-STJ fls. 418)

Como se pode observar, o Tribunal de origem concluiu que seria prescindível rescindir o contrato, tendo em vista que haveria previsão expressa neste prevendo que teria vigência restrita a 4.12.1990 e 3.12.2000, pontuando que a prorrogação seria possível *"pelo tempo necessário à efetivação da aquisição total (soma) dos produtos mencionados naquele mesmo item, por parte da PROMISSIONÁRIA-COMPRADORA, caso a mesma por qualquer motivo, não consiga no prazo previsto, satisfazer a referida obrigação"*.

Em um primeiro até se poderia falar em omissão, pois não teriam sido apreciadas as alegações de que teria havido *"expressa violação do pacta sunt servanda, pois não houve denúncia contratual, continuando a ser cumprido pelas partes, ou seja, houve prolongamento tácito"*, e de que teria havido *"prolongamento do lapso de duração do contrato por surrectio e supressio"*.

Nada obstante, o que se nota é que estas teses constituem inovação

recursal.

Note-se que em sua petição inicial a recorrente afirmara que um dos recorridos teria celebrado "*com a requerente, em 04/12/1990, CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA MERCANTIL E OUTROS PACTOS (doc. 02), com prazo de vigência de 120 (cento e vinte) meses a partir de 04/12/1990 e término em 03/12/2000*", tendo a prorrogação do contrato ocorrido em virtude do "*item 1.2 da CLÁUSULA PRIMEIRA*", que previa que "*se a quantidade mínima não fosse atingida, o contrato seria automaticamente prorrogado pelo tempo necessário à efetivação do consumo dos produtos mencionados*" (e-STJ fls. 4). Isto é reiterado às e-STJ fls. 5, em que a recorrente afirma que apesar das "*obrigações assumidas pelo posto-requerido, afiançados pelos demais acionados, estes não lograram adquirir a quantidade de produtos ajustada pelas partes, tendo se operado a prorrogação automática do contrato, tal como autorizado pelo item 1.2 da CLÁUSULA PRIMEIRA*".

Nestes termos, não há qualquer vício que pudesse ser sanado com a oposição de embargos declaratórios, pois patente a inovação recursal na espécie.

Consequência lógica, as questões pertinentes às alegações de que teria havido "*expressa violação do pacta sunt servanda, pois não houve denúncia contratual, continuando a ser cumprido pelas partes, ou seja, houve prolongamento tácito*", e de que teria havido "*prolongamento do lapso de duração do contrato por surrectio e supressio*" não podem ser reconhecidas, pois constituem inovação recursal.

No que tange às demais questões, a pretensão encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos

constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, o recorrente torna imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

A discussão sobre prova somente tem sido admitida nos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão e sobre os quais não há controvérsia. Assim, no segundo caso é necessário que o recorrente demonstre que há ponto incontroverso desconsiderado no acórdão. No primeiro caso, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Observe-se que se a documentação apresentada teria ou não aptidão a comprovar a falta de compra de quantias mínimas é uma questão fática, não jurídica. Tendo o Tribunal de origem expressamente consignado que não haveria "*prova da prorrogação do contrato e a ausência de compra das quantias mínimas*", seria imprescindível o revolvimento do acervo fático probatório dos autos para desconstituí-la e assim apreciar as teses recursais.

Mais a mais, há de se indagar como teria sido cerceado o direito de defesa da recorrente, tendo em vista que a recorrente não está a pugnar pela dilação probatória na espécie, mas sim que a documentação já apresentada seria apta a lastrear sua pretensão.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial na parte conhecida.

Em atenção ao art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, a título de honorários recursais, majoro os honorários arbitrados na origem (e-STJ fls. 419) a 15% sobre o valor atualizado da causa.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator